Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

Comissão de Infraestrutura da ALMT Analisa Mais de 150 Projetos de Lei em 2024

Infraestrutura em Debate

Redação

A Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transportes da Assembleia Legislativa realizou, em 2024, duas reuniões ordinárias e duas extraordinárias. Ao todo, foram apreciados 151 projetos de leis e vários deles se tornaram leis fechando o ano “altamente positivo”.

No balanço das atividades apresentadas pela comissão ao longo de 2024, destaca-se o Projeto de Lei 260/2022, que cria mecanismos de segurança para os motoristas de aplicativos de transportes de passageiros. A matéria teve dez projetos anexos e três substitutivos discutidos ao longo de 2024, antes de ser aprovado no Parlamento e virar lei.

Outro projeto de lei que ganhou destaque foi o de número 1046/2024, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 168,01m² e respectivas benfeitorias, a ser desmembrada do loteamento Jardim Leblon, em Cuiabá, em favor do Estado de Mato Grosso. O objetivo é a afetação para atividades rodoviárias, com a execução das obras de implantação do complexo viário na avenida Miguel Sutil (Jardim Leblon) com a rua Boa Vista para acesso à avenida Arquimedes Pereira Lima, acesso e retorno da marginal à avenida Miguel Sutil na região do CPA, localizada no município de Cuiabá.

O presidente da comissão, deputado Valmir Moretto (Republicanos), fez um balanço das atividades realizadas no ano passado. Para o parlamentar, a comissão “sempre trabalhou pensando no melhor para o estado de Mato Grosso”, disse ele.

“Trabalhamos com agilidade para que nada fique parado na Casa, pois é um segmento muito importante. Todos os projetos dos parlamentares foram analisados e encaminhados para apreciação em Plenário”, revelou Moretto.

Outro ponto destacado pelo presidente da comissão foi a questão da união de forças entre os deputados para efetivação das matérias que tratam da estadualização das rodovias municipais, aprovadas na Assembleia e vetadas pelo governador Mauro Mendes, retornando para a Casa de Leis para derrubada do veto.

“Com a estadualização dessas vias, nessa logística, as pessoas terão condições de melhoria na vida das suas famílias, dos homens trabalhadores, caminhoneiros, que vão e vêm nessas rodovias. Então, nossa comissão sempre tem trabalhado muito nessa questão”, explicou Moretto.

“Temos que parabenizar o parlamentar que faz essa transformação, que fez essa inversão da estrada do município para o estado, que realmente são rodovias que vão receber pavimentação asfáltica. Esse é o nosso lema, essa é a proposta da comissão, ou seja, o direito de ir e vir com segurança. Para mim é um dos

principais projetos, pois é benéfico para o estado, com desenvolvimento econômico, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas", comentou ele.

O vice-presidente da comissão, deputado Nininho (PSD), autor do Projeto de Lei 312/2024, que dispõe sobre a estadualização do entroncamento das rodovias BR-163/364, km 208, sul, na altura do Praia Clube, passando pela gleba Rio Vermelho, encontrando com a rodovia MT-471, destacou a importância na conquista para o desenvolvimento de Rondonópolis e da região sudeste do Mato Grosso. A iniciativa foi sancionada pelo governador Mauro Mendes, sob a Lei nº 12.546/2024.

"A nova rodovia facilitará o escoamento da produção agrícola da região, além de abrir novas oportunidades para o desenvolvimento de negócios e investimentos", explicou.

A lei atende a uma antiga reivindicação da comunidade local e dos setores produtivo e turístico da região. A norma estadualiza um total de 29 quilômetros de via, que antes era considerada estrada vicinal sob responsabilidade do município.

Benefícios esperados - A estadualização da rodovia trará diversos benefícios para a região, como a melhoria da infraestrutura. O estado assumirá a responsabilidade pela manutenção e conservação da via, o que garantirá melhores condições de tráfego para os usuários, com a redução de acidentes.

Também estimulará o turismo. A "Rodovia do Peixe", como é conhecido um trecho da via, é um importante atrativo turístico para o município de Rondonópolis, com belas paisagens naturais e diversos pontos de interesse. A estadualização deve contribuir para o aumento do fluxo de turistas, impulsionando a economia local.

A estadualização, segundo o deputado Nininho, vai proporcionar desenvolvimento econômico. "Essa é uma conquista muito importante para Rondonópolis e para toda a região", afirmou o deputado. "A estadualização da rodovia vai trazer muitos benefícios para as pessoas, como a melhoria da infraestrutura, o estímulo ao turismo e o desenvolvimento econômico", avaliou.

Compõem a Comissão de Infraestrutura, os deputados membros titulares Valmir Moretto (Republicanos), Nininho (PSD), Dilmar Dal Bosco (União), Janaina Riva (MDB) e Wilson Santos (PSD). Membros suplentes: Max Russi (PSB), Sebastião Rezende (União), Paulo Araújo (PP), Juca do Guaraná (MDB) e Júlio Campos (União).

Secretaria de Comunicação Social